



Número: **0017984-67.2017.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 31ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **18/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HELIO CORDEIRO DE OLIVEIRA (AUTOR)		LORENA SAMPAIO DA SILVA (ADVOGADO) BRUNNA MARQUES PERAZZO SEIXAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68604297	25/09/2020 19:34	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0017984-67.2017.8.17.2001**

AUTOR: HELIO CORDEIRO DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

Vistos, etc ...

1. Do relatório

Cuida-se de Ação Cognitiva aforada por HELIO CORDEIRO DE OLIVEIRA em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, objetivando receber a indenização securitária que entende devida, indenização esta derivada do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil de Veículo Automotor (DPVAT) - Lei 6.194/1974. Diz o acionante que pelo evento danoso que lhe resultou debilidade de natureza permanente, recebeu apenas a quantia de R\$1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quando deveria ter recebido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), fazendo jus a diferença de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

O benefício da justiça gratuita foi deferido.

O réu ofereceu contestação, argumentando a imprescindibilidade da juntada do laudo confeccionado pelo Instituto de Medicina Legal. Aduz que não há qualquer documento acostado aos autos que corrobore a suposta invalidez permanente. Sustenta, ainda, que o pagamento realizado na via administrativa atende aos requisitos da legislação pertinente.

Houve réplica (Id 65490727).

Nomeado perito, o laudo pericial foi acostado aos autos (Id 65601276).

As partes se manifestaram sobre o citado laudo.

É o relatório.

2. Da motivação

Rechaço o argumento de que o laudo do IML é imprescindível à propositura da ação. A petição inicial veio instruída com os documentos indispensáveis à propositura da demanda, conforme determinado no art. 320 do Novo Código de Processo Civil, propiciando a apreciação do pedido e de suas causas. Nessa esteira:

“EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INÉPCIA DA INICIAL - INOCORRÊNCIA - ADEQUAÇÃO DA PEÇA INICIAL COM AS NORMAS INTRODUZIDAS PELA MP 451/2008 - QUESTÃO DE MÉRITO - JUNTADA DE LAUDO DO IML - OBRIGATORIEDADE INEXISTENTE. (...) IV - A necessidade de laudo do IML é adstrita ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova à disposição das partes. V - Sentença cassada. (...) A necessidade de laudo do IML é, em meu entendimento, adstrita ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova colocados à disposição das partes e



sua análise constitui o mérito da causa. É de ser ressaltado que o apelante juntou o B.O. comprovando o acidente, relatórios médicos comprovando as lesões e a invalidez parcial permanente, bem como documentos de lavra da ré, que demonstram pagamento pela via administrativa. Com efeito, incabível a extinção do processo sem a resolução de mérito, sob o fundamento de falta de prova. (Ap. Cível nº 1.0433.09.290244-7/001(1), 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Rel. Mota e Silva, j. 22/06/2010).

Pois bem.

A legislação aplicável ao seguro DPVAT determina que para o recebimento da indenização bastaria a comprovação de simples prova do acidente e do dano decorrente (art. 5º da lei 6194/74).

In casu, verifica-se que a parte autora alega estar acometida de invalidez permanente. No entanto, o laudo médico (Id 65601276) constatou que a lesão apresentada pelo acionante não ocasionou dano anatômico/funcional definitivo, mas **disfunções apenas temporárias**, não sendo cabível o pagamento de indenização securitária relacionada ao Seguro DPVAT, haja vista que a legislação que regula o referido seguro trata de indenização por invalidez permanente, total ou parcial, não prevendo a cobertura de vítimas acometidas por lesões temporárias.

Assim, considerando o laudo supramencionado, entende este magistrado que não há qualquer valor a ser pago a título de indenização securitária, eis que o laudo judicial sinaliza no sentido de que a parte autora se recuperou dos traumas sofridos no acidente. Nesse sentido:

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. DPVAT. NÃO CONFIGURAÇÃO DE LESÃO PERMANENTE. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA LESÃO TEMPORÁRIA. DESCABIMENTO DO PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO INDENIZATÓRIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Não caracterizada a lesão permanente ao segurado, visto que a perícia judicial atestou tão somente a lesão temporária à parte, descabida se torna a complementação da indenização pleiteada pelo apelante. 2. Agravo desprovido. Decisão unânime. (TJPE, AGR: 3497732, 6ª Câmara Cível, Rel. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, DJ: 28/04/15).

SEGURO DPVAT - Fratura de costelas - Incapacidade parcial e permanente – Pagamento administrativo da indenização securitária - Ação de cobrança de diferença – Sentença de improcedência – Incapacidade não verificada no exame pericial – Inexistência de diferença a ser paga – Possibilidade de fixação da indenização observando o grau de incapacidade – Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça – Sentença mantida – Apelação desprovida. (TJSP; Apelação 1011871-64.2015.8.26.0590; Relator (a): Carlos Henrique Miguel Trevisan; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Vicente - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/11/2017; Data de Registro: 21/11/2017)

3. Da decisão

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE a presente demanda** e, por consequência, declaro extinto o feito com enfrentamento do mérito, o que faço com esteio no art. 487, I, do Estatuto de Ritos. Por último, condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da causa, a teor do disposto no art. 85, §§ 2º e 6º do NCPC, sendo certo que a verba da espécie só poderá ser cobrada na hipótese de prova no sentido de que a parte acionante perdeu a condição de necessitada.

Publique-se. Intimações necessárias.

Transcorrido *in albis* o prazo recursal, archive-se.

RECIFE, 25 de setembro de 2020

Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
Juiz de Direito

